

**Remetente (pessoa jurídica):****CNPJ**

06.026.531/0001-30

**Nome da instituição**

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

**Setor**

Assessoria de Acessibilidade, Sustentabilidade, Compliance, Integridade e Riscos (ASCIR)

**Responsável pelo envio (Pessoa física):****Nome**

Luthiano Sande Lima Vasconcelos

**Telefone**

(85)9200-10127

**E-mail**[luthiano@tre-ce.jus.br](mailto:luthiano@tre-ce.jus.br)**Destinatário:****Nome**

Adriana Alves dos Santos Cruz

**Setor**

Secretaria-Geral

**Descrição do documento**

REF: Ofício-Circular nº 6/2025/SG

Excelentíssima Senhora Secretária-Geral,

Cumprimentando-a respeitosamente, em atenção à honrosa solicitação, tenho a satisfação de encaminhar, em anexo, o Termo de Adesão do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade, devidamente assinado por sua Excelência, a Desembargadora Maria Iraneide Moura Silva, Presidente deste Tribunal .

A adesão ao referido Acordo representa o firme compromisso deste TRE-CE com a promoção da sustentabilidade, em suas dimensões ambiental, social e de governança, em consonância com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Renovo os protestos de elevada consideração e respeito.

Atenciosamente,

---

Luthiano Vasconcelos  
Assessoria de Acessibilidade, Sustentabilidade, Compliance, Integridade e Riscos  
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará  
ascir@tre-ce.jus.br  
(85) 3453-3848

### Anexos

TRE-CE-TERMO-ADESÃO-PACTO-NACIONAL-SUSTENTABILIDADE.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

### TERMO

## TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2025 - CNJ/STF/STJ/CJF

**TERMO DE ADESÃO AO  
ACORDO DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA  
CNJ/STJ/TST/CJF Nº  
01/2025, SOB A ÉGIDE DO  
PACTO NACIONAL DO  
PODER JUDICIÁRIO PELA  
SUSTENTABILIDADE.**

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora Maria Iraneide Moura Silva, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas voltadas para o desenvolvimento de ações de proteção ao meio ambiente, promoção do bem-estar social e boa governança, pautada na ética, na transparência e na responsabilidade social.

A Presidente, Desembargadora Maria Iraneide Moura Silva, declara firme vontade de desenvolver ações voltadas à proteção do meio ambiente, à promoção do bem-estar social e à boa governança, fundamentadas na ética, transparência e responsabilidade social, em conformidade com o disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Compromete-se também com os compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Acordo de Paris (2015), bem como as normas da Organização Internacional de Normalização (ISO), com especial atenção para a ISO 14001 (gestão ambiental), a ISO 26000 (responsabilidade social) e a ISO 45001 (sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional). No âmbito nacional, apoia-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 215/2015, nº 351/2020, nº 400/2021, nº 401/2021, nº 410/2021, nº 433/2021 e nº 497/2023, entre outras.

O presente instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, com o objetivo de promover a cooperação para o compromisso do Poder Judiciário em adotar, reforçar ou expandir ações e iniciativas em cada um dos três eixos a seguir listados:

### **Eixo 1 - Ambiental:**

a. Implementação do Programa Justiça Carbono Zero: (i) realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEEs), fazendo uso de metodologia reconhecida/certificada (ex:

PBGHG); (ii) medidas de redução das emissões de GEEs, como instalação de usinas fotovoltaicas, substituição de lâmpadas tradicionais por LED, promoção da sustentabilidade nas contratações, adoção de programas de gestão de resíduos; e (iii) compensação de emissões com projetos de florestamento, reflorestamento e revegetação etc.;

b. Priorização do julgamento das ações climáticas e ambientais: adoção de medidas de priorização e aceleração da tramitação de processos judiciais que envolvam a temática ambiental (incluindo casos relacionados a conflitos fundiários, uso de recursos naturais, aplicação de sanções ambientais, apuração de infrações ambientais e responsabilidade civil ambiental), por meio de: (i) cumprimento reforçado da Meta 10 em 2025; (ii) estímulo a instrumentos de solução consensual; (iii) criação de forças-tarefas coordenadas em Juízos com altas taxas de congestionamento em processos ambientais ou Municípios com elevados índices de desmatamento e de outras violações socioambientais, entre outras medidas;

c. Educação ambiental: promoção de, pelo menos, um novo curso de educação ambiental e de capacitação de magistrados, servidores, terceirizados e conciliadores, promovendo as capacidades institucionais adequadas para a abordagem de questões e conflitos relacionados à temática socioambiental e climática.

## **Eixo 2 - Social:**

a. Adoção do Programa Transformação: adoção, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, de política de reserva de vagas em, no mínimo, um contrato de prestação de serviços continuados e terceirizados para mulheres em situação de vulnerabilidade;

b. Inclusão de grupos sub-representados ou vulneráveis: Implementação de, no mínimo, uma iniciativa institucional para apoiar e integrar membros de grupos sub-representados e vulneráveis, como: ampliação da representatividade de gênero e raça na composição do tribunal e/ou nos cargos de gestão; e a inclusão de percentual de vagas nos contratos de serviços continuados para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e egressos dos sistemas prisional e socioeducativo;

c. Ampliação da acessibilidade: fortalecer ações de acessibilidade, adaptando os espaços físicos e digitais dos tribunais e conselhos para pessoas com deficiência, com a criação e execução de plano de ação para ampliar o índice de acessibilidade.

## **Eixo 3 - Governança:**

a. Dados Abertos: Implementação ou aperfeiçoamento de portal de dados abertos, seguindo os princípios e as diretrizes da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), visando ampliar a transparência e o controle do Poder Público pela sociedade;

b. Transparência dos julgamentos no plenário virtual: melhoria ou adaptação dos sistemas de julgamento colegiado de processos por meio eletrônico, de modo a ampliar a transparência;

c. Informação à sociedade: adoção de serviço de boletim com um resumo didático e em linguagem simples dos julgamentos mais relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico realizados pelo tribunal ou conselho, nos moldes do boletim "Informação à Sociedade" do STF.

**1. ATUAÇÃO COORDENADA:** o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, pautadas nos três eixos fundamentais das práticas internacionais de ESG: **Ambiental (Environmental), Social (Social) e Governança (Governance).**

**2. GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento o Sr. Luthiano Sande Lima Vasconcelos, ocupante do cargo de Assessor de Acessibilidade, Sustentabilidade, *Compliance*, Integridade e Riscos, endereço eletrônico: ascir@tre-ce.jus.br, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supramencionado.

**3. VIGÊNCIA:** o presente termo passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

#### **4. RESPONSABILIDADES:**

##### **4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:**

4.1.1 coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;

4.1.2 promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os pactuantes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pela Sustentabilidade;

4.1.3 produzir as peças de comunicação institucional de divulgação das ações do projeto e disponibilizá-las aos pactuantes;

4.1.4 gerar relatórios dos resultados obtidos com as ações do projeto e disponibilizá-los aos pactuantes;

##### **4.2 São responsabilidades do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará:**

4.2.1 indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;

4.2.2 prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;

4.2.3 divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);

4.2.4 viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;

4.2.5 divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

**5. DISTRATO:** o presente termo poderá ser rescindido da mesma forma prevista no Acordo de Cooperação Técnico supramencionado.

#### **6. PUBLICAÇÃO:**

6.1 O inteiro teor deste Termo de Adesão e dos seus eventuais termos aditivos deverá ser publicado pelos partícipes em seus respectivos sítios oficiais, no prazo de até 10 (dez) dias a contar de sua assinatura, e o seu extrato será publicado no Diário Oficial da União.

6.1.1 O CNJ encaminhará cópia do extrato da publicação aos demais partícipes do Acordo de Cooperação Técnica supramencionado.

Fortaleza/CE, 19 de junho de 2025.

Desembargadora Maria Iraneide Moura Silva  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**



Documento assinado eletronicamente por **MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, DESEMBARGADORA-PRESIDENTE**, em 18/06/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em [https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&i\\_d\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=0001096347&crc=5DF29AD3](https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0&cv=0001096347&crc=5DF29AD3), informando, caso não preenchido, o código verificador **0001096347** e o código CRC **5DF29AD3**.

2025.0.000003536-0

0001096347v2